

## **Lobbies levam a melhor na desestatização da Eletrobras<sup>(1)</sup>**

A primeira “privatização” do governo Jair Bolsonaro foi feita a qualquer custo, de qualquer jeito, para fazer com que a promessa do ministro Paulo Guedes de avançar na desestatização dê a impressão de que será cumprida - quando nem o presidente acredita nela. O Planalto e o ministro da Economia consideraram a privatização, com seu lastimável desfecho, como uma vitória - outras como essa afundarão a já frágil economia do país.

A forma da desestatização da Eletrobras tem a marca registrada do Centrão. Guedes recorreu às “criaturas do pântano político” para a aprovação da MP que expiraria na terça-feira. O aperto dos prazos e votações de última hora não foram responsáveis pela imensa quantidade de “jabutis” aprovados na segunda pela Câmara dos Deputados, com folgada maioria de 258 votos a favor e 236 contrários. A MP já saiu das mãos do relator Elmar Nascimento (DEM-BA) com uma coleção de artigos destinados a atender a vários lobbies de políticos, funcionários e de algumas das dezenas de entidades do setor elétrico.

Cálculos preliminares de empresários da União pela Energia indicam que irão para a conta dos consumidores de energia algo como R\$ 84 bilhões, valor um pouco menor que os R\$ 100 bilhões que o Tesouro pode embolsar com outorgas e a redução de suas ações na companhia de 60% para 45%.

O rumo seguido pelas propostas nefastas de todo tipo que rechearam a MP - e também de várias que ficaram fora - ilustra em negativo a necessidade da privatização. Loteada por interesses econômicos e políticos, é impossível blindar a companhia na esfera do Estado e entregar sua administração para especialistas responsáveis e competentes. A promessa de Bolsonaro de evitar o toma lá, dá cá foi mais um estelionato eleitoral e a forma final da MP é resultado dos piores tipos de barganha aceitas pelo Executivo.

O governo defendeu a privatização mesmo com todas as aberrações que a MP continha e seus líderes no Congresso disseram que apesar dos dispendiosos gastos enfiados no texto as tarifas de energia irão diminuir.

O leque de interesses contemplados é amplo. A Eletrobras privatizada não poderá, durante 10 anos, mudar a sede da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), Furnas, Eletronorte e Eletrosul. Funcionários demitidos sem justa causa até um ano após a privatização deverão ser realocados pelo governo em outras estatais. Estes são os penduricalhos “baratos”.

O Congresso atribuiu a si a tarefa de planejar a expansão elétrica brasileira, para a qual já existe um órgão competente, a EPE, sem qualquer estudo ou avaliação séria, seguindo estranhos intuitos. Foi aprovada a obrigatoriedade de construção de usinas termelétricas inflexíveis movidas a gás natural no Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, que ofertariam 8 MW (saiu da Câmara com 6, voltou do Senado com mais 2 MW) por 15 anos. As localidades beneficiadas não são grandes centros de consumo e terão de ser atendidas por uma extensa rede de gasodutos, a ser construída.

A ideia de espalhar gasodutos pelo país é uma estranha obsessão de alguns congressistas. No governo anterior, tentou-se subtrair dinheiro do fundo social (composto por royalties do petróleo e outras receitas do óleo) para a criação de uma “Brastubo”, que teria função parecida com a que o relator agora conseguiu aprovar na MP da Eletrobras. O Congresso até foi condescendente - a proposta original era que a rede de fornecimento de gás fosse iniciada

antes de o governo abrir mão de sua maioria acionária, ou seja, uma pré-condição para a desestatização. Tudo isso trará lucros importantes para determinados fabricantes e fornecedores e a conta será paga pelos consumidores - o que o governo nega.

A medida parece desenhada para atender certas encomendas. As termelétricas são construídas perto dos centros de carga, para evitar custos de transmissão, e o Sudeste detém 62% do consumo total (Edvaldo Santana, Valor, 20 de maio). Os líderes do governo dizem que essa rede de usinas e gasodutos estimulará o desenvolvimento regional.

A Eletrobras privada terá de reservar R\$ 9,5 bilhões para a revitalização das bacias hidrográficas do Rio São Francisco, do Rio Parnaíba, dos rios geridos por Furnas (em Minas e Goiás) O linhão de Tucuruí, que passa por território indígena, será feito sem necessidade de aval do Ibama e da Funai.

O Centrão caprichou nos detalhes, o governo teve uma vitória de Pirro e ambos mostraram como se pode destruir uma boa ideia.

(1) Editorial publicado no Valor Econômico. Disponível em:  
<https://valor.globo.com/opiniao/noticia/2021/06/24/lobbies-levam-a-melhor-na-desestatizacao-da-eletobras.ghtml>. Acesso em 24 de junho de 2021.